

CONEXÕES TEÓRICAS ENTRE LETRAMENTOS DE REEXISTÊNCIA, SOBREVIVÊNCIA E ESCRIVÊNCIA E A IMPORTÂNCIA DE UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

THEORETICAL CONNECTIONS BETWEEN REEXISTENCE, SURVIVAL AND “ESCRIVÊNCIA” AND THE IMPORTANCE OF A DECOLONIAL PERSPECTIVE

Carolina Fernanda Soares Silva¹

Resumo: Objetivo, neste artigo, refletir sobre como as práticas de escrituração de Conceição Evaristo (2007; 2008), de letramentos de reexistência de Ana Lúcia Silva Souza (2011) e de sobrevivência (LOPES; SILVA; CALAZANS; TAVARES, 2019) se relacionam para a construção de uma perspectiva decolonial do letramento e de suas epistemologias. Nesta pesquisa, por fim, através de uma revisão bibliográfica, cheguei à constatação de que os letramentos aqui estudados trazem percepções decoloniais que enriquecem as relações epistêmicas sobre letramento e são possibilidades do protagonismo de minorias sociais em lugares comumente ocupados por modelos eurocêntricos e hegemônicos de ensino/s de linguagem/ens.

Palavras-chave: letramento; reexistência; escrituração; sobrevivência e subalternos.

Abstract: The aim of this article is to reflect on how the “escrituração” practices of Conceição Evaristo (2007; 2008), the reexistence literacies of Ana Lúcia Silva Souza (2011) and survival (LOPES; SILVA; CALAZANS; TAVARES, 2019) are related to the construction of a decolonial perspective on literacy and its epistemologies. In this research, finally, through

¹ Mestra em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: carolfesoares@hotmail.com

a bibliographic review, I came to the realization that the literacies studied here bring decolonial perceptions that enrich the epistemic relations about literacy and are possibilities of the protagonism of social minorities in places commonly occupied by eurocentric and hegemonic teaching models language/s.

Keywords: literacies; re-existence; writing; survival e subaltern.

1 INTRODUÇÃO

O termo *escrevivência* que Conceição Evaristo postula em 1994² ajuda-nos a iniciar uma reflexão sobre letramentos distintos que não se limitam apenas ao ato de ler e escrever gêneros textuais na escola, por exemplo. *Escreviver* (EVARISTO, 2007) se trata de uma escrita que nasce da experiência, da vivência e das subjetividades, no caso da autora, das mulheres negras. Remete-se, então, à busca por maneiras distintas de se comunicar com o mundo: vivendo e sentindo a escrita.

Seguindo por práticas de letramentos que vão além do modelo habitual escolar, temos os “letramentos de reexistência” expressos por Ana Lúcia Souza (2011) e que dizem respeito ao existir, resistir e persistir na existência, assim sendo, dentro e através da cultura negra, na cultura do hip-hop. Este hip-hop funciona como uma agência de letramento³ que “desempenha papel histórico ao incorporar, criar, ressignificar e reinventar os usos sociais da linguagem, os valores e intenções” (SOUZA, 2011, p. 36).

No caso dos letramentos de sobrevivência, postulados por Adriana Lopes et al. (2019), se tratam de leituras e releituras de mundo em espaços

² A autora conta em entrevista à PUCRS que criou o termo em um jogo de palavras na escrita de sua dissertação de mestrado. Disponível em: <https://www.pucrs.br/revista/esse-lugar-tambem-e-nosso/>.

³ As agências de letramento dizem respeito a locais onde ocorrem os eventos de letramento (KLEIMANN, 1995).

subalternos, como a favela, ou seja, a possibilidade de, para além da dicotomia do viver/morrer, ver esses locais como espaços para aprender.

Relacionando o que foi dito, trago já a seguinte questão: o que os termos “reexistência, escrevivência e sobrevivência” e seus significados mencionados possuem em comum?

Pensando nessas perspectivas de letramento, trago à luz também o conceito de decolonialidade que norteia este trabalho. A cultura europeia colonial que costuma assolar a maioria dos pensamentos e posicionamentos teóricos e práticos acerca dos letramentos traz consigo diversas ideologias de linguagem, como o grafocêntrico, a crença na homogeneidade de falantes e línguas etc.

Nessas práticas, epistemologias negras, indígenas etc. de grupos minoritários costumam ser silenciadas e apagadas devido às desigualdades de raça e étnicas existentes em nosso país. Enfim, cabe aqui questionar sobre: como as perspectivas de letramento aqui mencionadas (reexistência, escrevivência e sobrevivência) contribuem para uma epistemologia e prática decoloniais de ensino de línguas? Essa é a questão que guiará minha pesquisa e, através de uma metodologia de revisão bibliográfica, pretendo trazer a reflexão sobre como essas práticas de letrar contribuem para uma perspectiva decolonial do ensino e epistemologias de/sobre línguas e aprendizado(s).

2. DAS ESCRIVIVÊNCIAS, REEXISTÊNCIAS E SOBREVIVÊNCIAS

Desde às concepções iniciais acerca do(s) letramento(s) (KLEIMANN, 1995), outras diversas percepções surgiram a partir do aprofundamento das perspectivas de letramento e sociedade. Pensando nisso, inicio as reflexões a respeito do termo “Escrevivência”, postulado pela escritora Conceição Evaristo (2007; 2008).

As ponderações de Evaristo sobre as escrevivências permeiam sua obra desde o início, já que diz respeito a sua escrita vivida, posicionada e sentida através de seu corpo negro no território brasileiro.

Evaristo (2007) diz que o primeiro gesto de escrita que vivenciou foi com sua mãe utilizando um graveto para escrever. Mulher pobre, empregada doméstica que vivia com suas filhas na casa dos fundos de uma família rica, a mãe da autora guiava suas mãos para que ela pudesse aprender a escrever e, buscava, muitas vezes, livros do lixo da casa dos brancos ricos para compartilhar e oportunizar a leitura às filhas. Nessa perspectiva, é possível perceber como letramento pode ser um exemplo de desigualdade social, sendo que a racialização é uma dimensão fundamental para se pensar em desigualdades social e no acesso a práticas de letramento, especialmente àquelas consideradas hegemônicas. Coulmas (2014) afirma que

A estratificação social das habilidades letradas que observamos hoje é uma herança antiga [...], pois aqueles que sabiam ler e escrever tinham controle sobre o fluxo da informação escrita na sociedade desde o início, e quanto mais importante se tornou o exercício do poder através da escrita, mais pesada se tornou sua influência. Aprender a ler e a escrever sempre tem sido algo ligado a privilégio e vantagem social. As conexões entre letramento e estratificação social são bidirecionais: a classe social tem influência na distribuição das habilidades letradas, e o consumo e [a] produção de material escrito são indicadores da classe social. (COULMAS, 2014, p. 87).

O ato de escrever para Conceição Evaristo (2007) possibilita que ela crie um mundo à parte, talvez como fuga de sua realidade como sujeito-mulher-negra na qual ela já havia entendido, desde pequena, que pertencera. Evaristo compreendia, desde a infância, sua escassez de possibilidades. Assim, a autora rompe barreiras pois busca para além da leitura, a escrita. Ela escreve como ato de insubordinação, não para enaltecer a casa-grande e sim para incomodá-los: “a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa

grande' e sim para incomodá-los em seus sonos injustos" (EVARISTO, 2007, p.21).

O termo *escrevivência* ajuda-nos a pensar em como o letramento não se limita apenas ao ato de ler e escrever na escola. É uma escrita que nasce da experiência, da vivência e das subjetividades, no caso de Conceição, das mulheres negras, é uma busca por maneiras de se comunicar com o mundo, viver e sentir a escrita, ou seja, leitura e a escrita aqui funcionam como fuga. Conceição Evaristo fala em suas obras, através de suas vivências, sobre a situação da mulher negra na sociedade brasileira, mulheres que, até então, só lidavam com a oralidade até, mais tardiamente, se apropriarem da escrita.

O que veremos é que resistir por meio da literatura é também reexistir, e para um povo cuja voz foi e é constantemente sufocada, a *escrevivência* se torna um recurso de emancipação. O corpo negro que há séculos vem sendo submetido a um apagamento constante, quando grita "Sou eu quem escreve!", e faz questão de marcar o texto com seu corpo, marca-se no mundo, cria-se, liberta sua voz (MELO; GODOY, 2017, p. 1289).

Pensando no "reexistir" na literatura, meio encontrado por Evaristo para subverter parâmetros de letramento hegemônico, falarei agora sobre os "Letramentos de reexistências" postulado por Ana Lúcia Souza (2011).

Estes letramentos referem-se "à reinvenção de práticas que os ativistas [assim como populações negras e indígenas] realizam, reportando-se às matrizes e aos rastros de uma história ainda pouco contada, nos quais os usos da linguagem comportam uma história de disputa pela educação escolarizada ou não" (SOUZA, 2011, p. 37).

A autora, ao falar sobre as reexistências possíveis através das práticas de letramento, traz, como exemplo, um modelo subalternizado: o hip-hop. Assim, Souza (2011, p. 35) articula que "uma das marcas da cultura hip-hop é a intimidade com que ela combina e recombina, sem

hierarquizar, os multiletramentos em produções que mesclam mídias orais, verbais, imagéticas, analógicas e digitais”.

Sabendo que as práticas da cultura hip-hop estão predominantemente presentes nas ruas, é possível perceber, assim como a subversão de Evaristo através da literatura, que as pessoas envolvidas com as práticas de letramento por meio do hip-hop (dança, grafite, rap etc.) co-constroem discursos adormecidos acerca da linguagem, trazendo um novo local para o letramento. É uma compreensão das escrevivências dos sujeitos que ocorrem através da arte. Assim sendo, essas pessoas, dentro da periferia, “revertem as falas que tornam os sujeitos da periferia “menos”, retorcem a língua, reinventam fontes de referências” (LOPES et al, 2018, p. 61).

Segundo Souza (2011) através de uma visão eurocêntrica que prevalece na história oficial da educação no Brasil ocorre, conseqüentemente, uma desigualdade entre raças nas escolas e estas se tornam locais de difícil acesso para muitas/os jovens, que se chegam lá, não se sentem motivadas/os para permanecer. A arte então “se torna a espinha dorsal das culturas políticas dos escravizados e da sua história cultural” (SOUZA, 2011, p. 42), uma forma de sobrevivência.

Ao falar dos Letramentos de Sobrevivência, Adriana Lopes et al. (2019) trata de uma releitura de locais considerados socialmente como subalternizados, como a favela por exemplo, da possibilidade de perceber esses ambientes como chances para desenvolvimento crítico, intelectual, humano etc. Remete-se então a como as pessoas vão ressignificar os letramentos hegemônicos e, lembrando também de Conceição Evaristo (2007), não se entregar à escrita de maneira pacífica, escrever faz parte disso, não desvincular corpo da obra, sobreviver através da arte, seja ela a literatura, seja ela o hip-hop.

Tais perspectivas concernem então a uma “construção de currículos mais dialógicos – tanto em escolas, quanto em universidades:

onde se reconheça os diversos significados e usos da leitura e da escrita, criando nas instituições de ensino territórios de empoderamento, formas de reexistir e de sobreviver culturalmente” (LOPES et al., 2018, p. 700). Sobreviver na palavra/leitura é reexistir também e a autora remete à relevância de levar essas concepções de letramento para as escolas e as universidades, ocupar os espaços com epistemologias que abarquem os pressupostos de letramento aqui colocados.

É importante fugir de narrativas hegemônicas e transformar visões sobre as possibilidades que pessoas e locais tidos como subalternos tem de aprender e compartilhar suas experiências de letramento, sabendo que não é menos importante que instituições cristalizadas e consolidadas socialmente, como a escola, por exemplo. Ampliando esse pensamento e remetendo ao uso de cartazes digitais utilizados pela juventude negra, Thiago Brito, Kassandra Muniz, e Ana Lúcia Souza (2018, p. 622) dizem:

não queremos apenas sobreviver e existir, mas criar, reinventar modos de oralidade, leitura e escrita que equilibrem o genocídio físico e simbólico cotidianos com nossa ainda presença, negra, nesse mundo. Blogs, saraus, youtubers, mídias alternativas, redes sociais são lócus de atuação dessa juventude negra que utiliza os cartazes como forma de “escrevivência” (...) no mundo.

3. A IMPORTÂNCIA DE UMA EPISTEMOLOGIA DECOLONIAL NOS ESTUDOS DE LETRAMENTO

O pensamento decolonial articula-se em questionar os pressupostos que legitimam e sustentam o conhecimento colonial, buscando o entendimento e erradicação acerca das hierarquias de poder hegemônicas.

Narrativas hegemônicas, como já mencionado anteriormente, fazem parte de um processo de colonização que estrutura a sociedade -no caso, brasileira- em compreensões homogeneizantes de linguagem e letramento: “a linguagem em geral e as línguas coloniais em particular

– no nosso caso, o português – só fazem sentido ao serem compreendidas em sua articulação com os processos coloniais e com as formas de subjetivação modernas de que participam” (PINTO, 2018, p. 716).

Ainda segundo Pinto (2012, p. 175), “as línguas foram separadas hierarquicamente entre ágrafas e grafadas, sendo considerada sempre uma evolução para a língua falada ter sua versão escrita”. Logo, a perspectiva grafocêntrica enxerga na escrita a capacidade real de um/uns indivíduo/s de se encontrar/em no topo da estratificação social⁴. Sobre isso: “(...) desde o século XVI missionários no Novo Mundo classificaram a inteligência e a civilização dos povos conquistados com base em seu (não) domínio da escrita” (MIGNOLO, 1998, p. 322 apud NASCIMENTO, 2014, p. 273), o que trata-se de uma crença social estrutural sobre linguagem e ensino difícil de ser quebrada.

Essas exclusões das características linguísticas subalternas, nada mais são, na verdade, que representações de poder de classes, raças, gênero, ou seja, maiorias sociais, porque “a fala das classes altas mudou e a de outros grupos sociais reteve esses usos: esse foi o ‘erro’” (ALKMIM, 2003, p. 41).

Então, o que Evaristo (2007; 2008) faz ao escrever, saindo de uma tradição oral de grupos marginalizados, é subverter os padrões coloniais racistas se apropriando do modelo do colonizador. A autora ressignifica, portanto, modelos de letramento hegemônicos ao não escrever em suas obras literárias de maneira pacífica e sim tomar posse da palavra escrita, o que, sendo assim, acaba por “fortalecer a voz daqueles colocados a margem no campo literário e trazer em cena a memória daqueles oprimidos pela colonialidade, como as mulheres negras” (COSTA, 2019, p. 245).

⁴ é um conceito que diz respeito à colocação de grupos em certos locais a partir da análise de condições socioeconômicas.

Ainda, os processos de reexistência e sobrevivência ampliam mais esse arcabouço de apropriação já que migram para espaços considerados “não-lugares” de aprendizado.

A rua dificilmente é vista como um local rico em conhecimentos. Acredita-se, geralmente, que é onde se encontra a pobreza, a marginalidade. O rap de rua, por exemplo, funciona como “um dos gêneros no qual podemos observar a brincadeira com a linguagem que sustenta um dizer que é autônomo, contestador, contra-hegemonico e promotor de um conhecimento mobilizador” (SOUZA, 2011, p. 118). As poesias presentes nas letras de rap costumam questionar problemas sociais e os rappers, como bem diz Ana Lúcia Souza (2011), são agentes desse letramento⁵, ativistas que resistem a uma linguagem dogmática (considerada correta, sem gírias, grafocêntrica etc.) imposta socialmente.

Sobre isso, trago aqui, para ilustrar, trechos de duas letras de hip-hop em que os rappers Jhony MC e Djonga, respectivamente, representam o cenário contemporâneo e transparecem suas identidades em construção através da “escrevivência”: “*Falam que é vitimismo porque nunca sentiram na pele. Falam isso pros que não 'tão mais entre nós, descansa em paz Marielle*”⁶ e “*É, e dizem que união de preto é quadrilha, pra mim é tipo um santuário Quem pensa diferente, sanatório*”. Essas concepções que os autores trazem nas letras das músicas dizem respeito ao fazer decolonial justamente porque criticam o sistema racista, herança da colonialidade.

Ambos os trechos demonstram como, através da arte, é possível subverter poeticamente. Sobre isso, Ana Lúcia (2011) aponta:

A condição de excluído no discurso *rapper* como objeto de reflexão e denúncia; mais uma vez (...) os *rappers* falam como

⁵ Um agente social que movimenta certo grupo para um propósito comum de letramento(s).

⁶ Aqui o rapper se refere ao assassinato de Marielle Franco. Caso que até hoje, 04/03/2021, ainda não tem presos/culpados.

porta-vozes desse universo silenciado em que os dramas pessoais e coletivos desenvolvem-se de forma dramática. Chacinas, violência policial, racismo, miséria e desagregação social dos anos 1990 são temas recorrentes na poética rapper. São reflexos da desindustrialização da metrópole e da segregação urbana que dividiu a cidade em condomínios fortificados e bairros pobres (SOUZA, 2011, p. 79 apud SILVA, 1999: 31).

O rap e o grafite como espaços de aprendizado se tornam agências de letramento “[...] em que a língua não é apenas ouvida, mas também vista, o que permite ao espectador contemplar e rever as mensagens que outros lhe legaram há um momento ou há uma década atrás, conforme o caso” (COULMAS, 2014, p. 41). Por isso, considerando a relevância das noções dos letramentos de rua e remontando aos letramentos trabalhados aqui,

entende-se que os sujeitos não apenas resistem às formas de opressão e exclusão, provocadas pelo sistema-mundo colonial capitalista, como criam novas formas de vida, textualizando experiências, reinscrevendo-se por outros jogos de linguagem, do campo da arte e da política, em um movimento de discursividades contra-hegemônicas e anticapitalistas (PONSO, 2018, p. 1519).

Sabendo que diz respeito a uma questão estrutural, a universidade é um local ainda majoritariamente pautado em construções de saberes epistêmicos brancos, eurocêntricos, masculinos, não-indígenas etc. Por isso, o que as epistemologias acerca dos letramentos de escrevivência, reexistência e sobrevivência nos proporciona é um olhar crítico meta-medológico sobre nossas práticas acadêmicas, pois “a universidade é ao mesmo tempo um lugar de reprodução de ideologias de dominação quanto um espaço propício à aquisição de consciência política e à luta por direitos e cidadania” (PONSO, 2018, p. 1527). Com o afastamento de um pensamento que reproduz ideologias e vamos de encontro à consciência política, nos mostramos dispostas/os a aprender junto com todas as pessoas.

Logo, é viável pensar acerca das epistemologias tidas como cristalizadas, a partir de uma ótica de que “a colonialidade permaneceu invisível, sob a ideia de que o colonialismo acabou e que a modernidade é tudo que existe. Uma das razões para se ver metade da história é que esta foi sempre contada do ponto de vista da modernidade” (MIGNOLO 2004, p. 676).

Mesmo que mudanças sejam implantadas, no caso de uma divulgação científica de obras indígenas, por exemplo, ainda assim outras questões deveriam ser pensadas. Mignolo (2003, p. 304) apresenta um bom exemplo: “sociologia indígena (...) seria muito provavelmente escrita em inglês, mas não numa língua indígena. A língua da disciplina deve ser tão pura como o sangue dos primeiros cristãos na Espanha”. Ou seja, ainda que uma epistemologia indígena, como exemplo de uma minoria social, seja acatada, não seria o suficiente, já que outras problemáticas deveriam ser pensadas e repensadas: sob qual/quais perspectiva/s essa epistemologia é observada? A língua do colonizador ainda estaria no centro dos valores, e a língua indígena ainda estaria em uma posição subalterna. Enfim, é preciso refletir acerca das heterogeneidades linguísticas também, o que não me alongarei aqui por questões de extensão do artigo.

Para reverter essa situação, é necessário ouvir verdadeiramente a voz dos subalternos, “precisamos desvelar a multiplicidade de narrativas que estão escondidas por trás das grandes narrativas, mas ainda temos que pensar como as primeiras estão intertecidas” (CAVALCANTI, 2006, p. 236). Cabe, então, à professora ou professor se conscientizar a uma educação que inclui a todas e todos, no sentido de ouvir verdadeiramente as alunas/alunos, construindo um conhecimento coletivo.

A decolonialidade chega a ser “quase uma categoria metodológica mais que teórica” (BRITO; MUNIZ; SOUZA, 2018, p. 609). Por

isso, pensar a língua e os letramentos de maneira decolonial permite ver, por exemplo, a escrita de minorias sociais como epistemologia de pesquisa e questionar saberes enraizados e eurocêntricos.

4 CONCLUSÃO

As perspectivas de letramento das escrevivências, reexistências e sobrevivências contribuem para um modelo epistemológico decolonial de ensino de/sobre línguas e seus letramentos, na medida em que proporcionam às minorias sociais o pertencimento ao lugar de protagonista de seus conhecimentos. Cabe às/aos pesquisadoras/es de linguagem buscarem por possibilidades além do convencional modelo hegemônico que desconsidera às ruas, a favela, o grafite, o rap etc. como conhecimentos passíveis de uma epistemologia e questionar as práticas homogêneas de letramento, já que estas estão “longe de serem homogêneas, pois modeladas e construídas culturalmente, são marcadas pela heterogeneidade e estão relacionadas aos papéis e aos lugares sociais que ocupamos, ou somos impelidos a ocupar na sociedade” (SOUZA, 2011, p.34).

Essa representatividade das autoras e autores aqui citados, que nos apresentam letramentos diversos, são essenciais para a percepção e acolhimento de novas práticas que enquadrem diversas culturas, raças, etnias para além de um modelo europeu, ou seja, “a representatividade é algo que possibilita almejar mudanças” (BRITO; MUNIZ; SOUZA, 2018, p. 626). Por isso, é importante se posicionar também teoricamente, ouvir e olhar a perspectiva do outro, se conectar aos contextos e ter compromisso político com as minorias sociais.

REFERÊNCIAS

ALKMIN, T. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES. (Org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras I**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

BAPTISTA, L. M. T. R.; LÓPEZ-GOPAR, M. E. Educação crítica, decolonialidade e educação linguística no Brasil e no México: questões epistemológicas e metodológicas traçadas por um paradigma-outro. **Letras e Letras**, v. 35, n. especial, 2019, p. 1-27.

BAGUA, R. **Jhony MC - Meu nome é Jhony**. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DOfaNjpFpgw&t=13s&ab_channel=BaguaRecords. Acesso em 30 out. 2020.

BRITO, T. H. B.; MUNIZ, K.; SOUZA, A. L. S. Letramentos de reexistência: produção de cartazes digitais como forma de afirmação da intelectualidade jovem e negra. **Revista da ABPN**, v. 10, 2018, p. 601-628.

CAVALCANTI, M. C. Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em linguística aplicada: implicações éticas e políticas. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 233-252.

COSTA, J. S. Ecos da memória na poética de Alda Graça e Conceição Evaristo: um estudo da representação feminina. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 4, Rondônia, 2019, p. 238-246.

COULMAS, F. **Escrita e Sociedade**. Trad. Marcos Bagno. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

DJONGA. Djonga - Hat-Trick. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=trfuqjFx_XE&list=LLK61B35pnKmOaLHKO_hirfQ&index=102&ab_channel=Djonga. Acesso em 30 out. 2020

EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, M. A. (org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007, p. 16-21.

_____. Escrevivências da Afro-Brasilidade: história e memória. In: **Revista Releitura**, n. 23, Belo Horizonte, p. 1-17, 2008.

KLEIMAN, A. B. (org.). **Os significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995, p. 15-61.

LOPES, A. C.; SILVA, D. N.; FACINA, A.; CALAZANS, R.; TAVARES, J. Letramentos de sobrevivência: costurando vozes e histórias. In: LOPES, A. C.; FACINA, A.; SILVA, D. N. (orgs.). **Nó em pingo d'água: sobrevivência,**

cultura e linguagem. Rio de Janeiro/Florianópolis: Mórula/Insular, 2019, p. 31-57.

LOPES, V. B.; SOUSA, A. O. B.; ALENCAR, C. N.; CARVALHO, S. M. G. Letramentos de reexistência no movimento ensaio rock: um estudo em pragmática cultural no programa viva a palavra. **Muitas Vozes**. n. 1, Ponta Grossa, 2018, p. 46-64.

MELO, H. F.; GODOY, M. C. **(Re)tecendo os espaços de ser**: sobre a escrevivência de Conceição Evaristo como recurso emancipatório do povo afro-brasileiro. Atas do V SIMELP – Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, 2017, p. 1285-1304. Disponível em: <<http://sibaese.unisalento.it/index.php/dvaf/article/view/17900/15252>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2020.

MIGNOLO, W. “Uma outra língua”: mapas da linguística, geografias literárias, paisagens culturais. In: MIGNOLO, W. **Histórias Locais / Projetos Globais**: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar. Trad.: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, p. 298-339.

NASCIMENTO, A. M. Geopolíticas de escrita acadêmica em zonas de contato: problematizando representações e práticas de estudantes indígenas. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 53, n. 2, Campinas, 2014, p. 267-297.

PINTO, J. P. Ideologias linguísticas e a instituição de hierarquias raciais. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, Uberlândia, 2018, p. 704-720.

_____. Modernidade e diferença colonial nos discursos hegemônicos sobre língua no Brasil. **Muitas Vozes**, v. 1, Ponta Grossa, 2012, p. 171-180. <https://doi.org/10.5212/MuitasVozes.v.1i2.0001>

PONSO, L. C. Letramento acadêmico indígena e quilombola: uma política linguística afirmativa voltada à interculturalidade crítica. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, n. 3, Campinas, 2018, p. 1512-1533.

SOUZA, A. L. S. **Letramentos de reexistência**: poesia, grafite, música, dança: hip-hop. São Paulo: Parábola, 2011.

Esta publicação deverá ser citada da seguinte forma:

SILVA, C. F. S. Conexões teóricas entre letramentos de reexistência, sobrevivência e escrevivência e a importância de uma perspectiva decolonial. **Revista DisSol – Discurso, Sociedade e Linguagem**, Pouso Alegre/MG, ano 7, nº15, jan-jun/2022, p. 105-119.